

Súmula 330-STJ: É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial.

O STF tem entendimento em sentido contrário a essa súmula.

“É indispensável a defesa prévia nas hipóteses do art. 514 do Código de Processo Penal, mesmo quando a denúncia é lastreada em inquérito policial” (STF. Segunda Turma. HC 110361, julgado em 05/06/2012).

Pergunta-se, como fica o processo se o crime funcional for inafiançável?

Resposta: não haverá a notificação e defesa preliminar!

E se o funcionário público for detentor de foro por prerrogativa de função?

Não será seguido o rito dos artigos 514 a 518, devendo ser seguido o processo conforme as normas específicas dos Tribunais (Lei n.º 8.038/90).

Qual a consequência da ausência de notificação prévia?

Gera nulidade relativa.

E se o agente praticou o delito enquanto era funcionário público, mas já não possui mais este status (ex.: exoneração, aposentadoria)?

Neste caso, não haverá a necessidade de oportunizar a defesa preliminar.

O processo dos artigos 514 a 518 do CPP aplica-se a quem é, ao tempo do oferecimento da denúncia ou queixa, funcionário público.

Diante do concurso de agentes entre um funcionário público e um particular que, em conluio, praticaram um crime funcional, ambos terão direito à notificação prévia ou somente o funcionário público?

Somente o funcionário público.

“De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a notificação do acusado para apresentar defesa antes do recebimento da denúncia, nos termos do artigo 514 do Código de Processo Penal, somente se aplica ao funcionário público, não se estendendo ao particular que seja coautor ou partícipe.” (STJ. HC 102.816/DF. Julgado em 22/08/2011).

Diante do concurso de crimes, um funcional e o outro comum, deve haver notificação prévia?

Entendimento doutrinário: Sim. A possibilidade de defesa preliminar se dará em relação aos dois ou mais delitos que são imputados ao agente.

Entendimento jurisprudencial e doutrinário: Não. Não cabe a defesa preliminar prevista no art. 514 do Código de Processo Penal se a denúncia imputa ao agente público crime funcional e crime não-funcional.

STF. HC 73099/SP. DJ 15/5/1996.

STJ- HC 79220/DF. DJ 13/8/2007.

A notificação preliminar supre a citação?

Não. A citação é imprescindível para a formação da relação processual e posterior instrução.

1) (Q2695136 - Prova: IDECAN - PM CE - Soldado – 2023) Em se tratando do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o Código de Processo Penal define que, nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de:

- A) 3 dias.
- B) 5 dias.
- C) 10 dias.
- D) 15 dias.
- E) 30 dias.

1.1) (UFG - 2024 - TJ-AC - Analista Judiciário - Oficial de Justiça) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma e sendo a infração penal afiançável, o acusado será notificado para responder, por escrito, no prazo de:

- a) 5 (cinco) dias.
- b) 10 (dez) dias.
- c) 15 (quinze) dias.
- d) 20 (vinte) dias.

2) (FGV - 2024 - TJ-SC - Técnico Judiciário Auxiliar) Jonas, estagiário da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa, se deparou com determinado processo que fugia à regra das relações processuais rotineiramente analisadas naquela serventia. Ao conversar com o seu chefe, Jonas foi informado de que, naquela situação, seriam aplicáveis as normas da legislação processual que versam sobre o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Em assim sendo, o estagiário resolveu estudar, detalhadamente, a matéria.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre o processo e o julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é correto afirmar que:

a) nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, processados e julgados por juízes de direito vitalícios, a queixa ou a denúncia deverá ser instruída com documentos ou justificação que comprovem, cabalmente, a existência do delito e a autoria imputada ao agente público;

2) (FGV - 2024 - TJ-SC - Técnico Judiciário Auxiliar) Cont.

- b) nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias;
- c) na instrução criminal e nos demais termos do processo, observar-se-ão, subsidiariamente, as normas aplicáveis aos processos da competência do Tribunal do Júri;
- d) o juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação;
- e) se não for conhecida a residência do acusado ou caso este se ache fora da jurisdição do juiz, o processo prosseguirá sem a presença do réu e da defesa técnica.

3) (Q2075043 - Prova: FAPEC - PC MS - Perito Criminal – 2021) Em relação aos processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a alternativa correta.

A) Aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, independentemente da quantidade da pena abstratamente cominada, aplicam-se as regras e procedimentos da Lei nº 9.099/95 (infrações de menor potencial ofensivo).

B) De acordo com o STJ, é desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial.

C) Para a aplicação do procedimento especial dos artigos 513 e seguintes do CPP, basta a condição de funcionário público, sendo desnecessário o tipo de infração penal praticada pelo sujeito ativo.

D) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.

E) Se, após a apresentação da resposta preliminar, o juiz se convencer da improcedência da ação, deverá receber a denúncia e determinar a citação do acusado, porque, nessa etapa processual vige o princípio do “in dubio pro societate”.

4) (Q2599626 - Prova: CESPE/CEBRASPE - MPC SC - Procurador de Contas – 2022) No tocante ao processo penal, julgue os itens que se seguem.

Considere-se que um funcionário público, indiciado pela prática de corrupção passiva em inquérito policial, seja denunciado e o juiz, ao receber a denúncia, mande citá-lo sem realizar a notificação prévia. Nessa situação, a ação do magistrado caracteriza nulidade absoluta.

- 5) (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES – Investigador) Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?
- a) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.
 - b) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.
 - c) A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias
 - d) Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.
 - e) O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.